

UMA EXPEDIÇÃO PORTUGUESA AO REINO DO CAZEMBE

O Cazembe, correspondendo hoje aproximadamente ao território do Katanga e parte da Zâmbia, formava um reino (ou império, como também é citado) que se constituía tradicionalmente como vassalo da cultura Luba-Lunda, e particularmente vassalo e representante simbólico do Império do Muata-Ianvo.

O Muata Cazembe – literalmente Marechal Cazembe – era descendente da linhagem de parentesco matrilinear dos Lundas, assim como a sua restante corte e aristocracia. A importância geoestratégica do território do Cazembe deve-se a vários e revelantíssimos factores que explicam toda a organização social e económica das nações centrafricanas tais como: local de passagem das principais rotas comerciais percorridas durante séculos entre a costa oriental e ocidental pelos pombeiros (tidos como comerciantes em geral e comerciantes de escravos em particular); a sua existência no centro da região dos Grandes Lagos que lhes permitia a auto-subsistência; a dificuldade de passagem de estrangeiros pelas regiões pantanosas e doentias (tendo os portugueses falhado as inúmeras tentativas de travessia completa da África durante quase 400 anos); o monopólio do marfim imposto a outros reinos limítrofes do Cazembe; e a profunda riqueza em minas de cobre que permitiram ao Cazembe ser o principal “emissor” dessa moeda de troca africana (o valor relativo verifica-se na monografia de Gamito, quando este segundo comandante recebe 2 escravos de oferta, enquanto o comandante Monteiro recebe de oferta uma barra de cobre).

A riqueza em cobre, procurada e cartografada pela expedição de Gamitto, não é arrolada no texto, sendo escamoteada e referidas as várias outras riquezas do território, tais como as pastagens e outros aspectos da subsistência das populações.

O Muata Cazembe tinha um território que se estendia desde o rio Lualaba (situando-se a ocidente o reino Luba-Lunda, a norte o reino Luba, e a Leste o território Luba-Bemba). Segundo os portugueses, o Muata tinha a possibilidade de arrematar 20 mil homens.

Os portugueses esperavam estabelecer uma rota comercial no interior ligando os territórios de Angola e Moçambique. No entanto a geografia humana e as suas complexas relações de poder eram então desconhecidas. As rotas comerciais dos mercadores árabes encontravam-se bem estabelecidas para o interior. A única informação de fontes europeias era o diário de viagem do Dr. Lacerda que tinha morrido no Cazembe em 1798. As viagens levadas a cabo em 1831-32, e posteriormente em 1843-46, 1847-50 e 53 destinaram-se a estender o domínio português das zonas costeiras até ao interior, o que não fora efetivamente realizado nos tempos posteriores aos Descobrimentos. (vide “As Viagens de Capello e Ivens”, Teresa Bernardino, in Nação e Defesa).

O território do Império da Lunda, que exercia suserania sobre o Cazembe, tinha uma área de influência e até uma existência nominal, senão desconhecida, pelo menos muito discutida na época, omitindo os exploradores a palavra e o conceito de Lunda. Quando esta obra se encontrava já no prelo, foi recebida uma carta manuscrita de J. Rodrigues Graça, datada da Banza ou Muata Ianvo de 20 de Outubro de 1847. Continha o diário das viagens deste explorador desde o ano de 1843 (vide Vol. II pág. 205). Gamitto menciona nas notas finais comparativas do seu diário, que este viajante (Vol. II, pág. 210) fala de Matianvo, mas nunca refere Lunda ou Lundas.

Gamitto entende chamar Lunda à capital do Cazembe, colocando essa denominação no final do mapa-itinerário em extratexto. Posteriormente Capello e Ivens (De Angola à Contracosta, 1886, pág. 16) referem que “Correia Monteiro e António Gamitto empreendem e levam a cabo uma viagem do Zambeze à Lunda do Cazembe”. Dever-se-ia dizer, stritum sensu, o Cazembe da Lunda. Contudo até ao final do século XIX as relações políticas na África Central são confusas para os europeus. Gamito procura esclarecer estas relações entre os nativos de costa a costa, demonstrando correctamente as relações de suserania, remetendo para as partes do texto do diário onde próprio autor já tinha efectuado esse levantamento (vide 1ª edição págs. 335, 348, 349 e 486; idem vide tradução de Cunissson Vol. II, pág. 204 e seguintes); e não esquecendo de mencionar a própria subsidiariedade (segundo o conceito nativo) do Rei de Portugal (dito reino do Muene Puto) ao Império da Lunda.

A abordagem histórica actual (vide Kisangani & Scott, 2010, Ivii) refere ‘the Lunda Empire and its Kazembe offshoot (...) Lunda subcultures, one this was Kazembe’. Os mesmos autores referindo-se às expedições de Lacerda dizem: “Portuguese merchants made contact with Kazembe after the Empire had already existed for more than 50 years”.

A primeira edição - da qual apresentamos este magnífico exemplar - é um item de grande valor dado possuir um texto primorosamente impresso e belíssimas gravuras, com quadros de dados preciosos para o entendimento das relações económicas de poder entre o Império da Lunda e os seus reinos tributários; por apresentar um quadro descritivo da marcha da expedição, o qual foi expressamente omissos nas edições do século XX; e ainda pelo facto de conter no texto as remissões do autor e do editor para as partes fulcrais do texto onde se esclarecem as relações de suserania e vassalagem acima mencionadas.

Sobretudo podemos afirmar que esta obra constitui uma importante fonte histórica e etnográfica para o conhecimento dos povos que habitavam estes territórios da África Central nesta época.

Na história do colonialismo europeu o momento fulcral da expedição ocorre com a chegada à capital do Cazembe, à qual os exploradores chamam Lunda, tratando-se na verdade de uma Lunda *latu sensu*:

In Muata Cazembe vide 9 de Novembro, [...] Chegámos à pequena serra Chempire. O lugar onde estamos, pertence ao Fumo Insipo, o qual é um Quilôlo (chefe) de segunda ordem. Esperamos a ordem do Muata para marcharmos para Lunda. [...].

Tendo a expedição atingido a capital, não foi, no entanto, autorizada a prosseguir para oeste, para a Lunda no sentido propriamente dito, e chegar à costa ocidental africana. O Muata Cazembe não se contentou com tecidos, missangas e quinquilharias. As espingardas eram conhecidas e utilizadas pelos cazembes na caça ao elefante e o rei necessitava de toda a pólvora possível. Desconfiou que os viajantes escondiam a pólvora (o que percebemos pelo Diário de Gamitto que era verdade). O Muata ordenou um bloqueio completo dos contactos e das trocas do seu povo com a expedição. Uma vez que não desejava tocar nos exploradores, dirigiu as suas ameaças aos seus súbditos, torturando-os quando se aproximavam da expedição, o que impressionou profundamente os europeus, levando-os finalmente ao seu retrocesso para Tete. Eugenia W. Herbert, in 'Red Gold of Africa. Cooper in Precolonial History and Culture' diz: «Despotic Kazembe had ruined, through his wars, the lands from which ivory, cooper and green stone came».

A partir de 1860 o Cazembe entra em declínio com o fim do primeiro Império da Lunda. O seu comércio de cobre e de marfim foram tomados pelos comerciantes Msiri e Tippu Tip, os quais atacaram e mataram o Muata Kazembe VIII. Até à morte de Msiri, em 1890, este interferiu na sucessão dos Muatas Cazembe.

Em 1894 o vale do Luapula e as margens ocidentais do lago Meru foram divididas entre a Rodésia Nordeste (administrada pela British South Africa Company) e o erradamente denominado Estado Livre do Congo pertencente à Bélgica, tratando-se do maior paradigma de divisão colonial, ignorando a existência de uma nação e de um povo, e dividindo o território ao meio. Os belgas nomearam chefes que não estavam subordinados ao Muata Cazembe e à sua estrutura tradicional, mas que pertenciam à estrutura dos Luba-Lundas, anterior aos cazembes, chamados "os donos-da-terra". Os ingleses nomearam funcionários estabelecendo uma "indirect rule", onde a justiça tradicional dos chefes pele-de-leopardo perdeu a sua autoridade. Nos séculos XIX e XX foi aberta a exploração intensiva do cobre, transportado através das linhas transcontinentais, tais como o Caminho-de-ferro de Benguela, escoando as riquezas até ambas as costas africanas.